



Alameda
25.06.12
[Signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 2/2012

Sessão ordinária realizada em 28 de Abril de 2012

ACTA N.º 2/2012

Aos vinte e oito de abril de dois mil e doze, pelas dezassete horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho do Fundão, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência do Senhor Luís Ventura Gavinhos e secretariada pela Senhora D. Maria do Carmo Nogueira e Sr. Aires Patrício.

Feita a chamada, verificou-se a falta dos membros: José Manuel Neves Costa e Esmeralda Luzia que justificaram atempadamente as suas faltas e foram substituídos pelos Senhores Pedro Ribeiro e João Couto Gonçalves. Faltaram ainda os membros Vítor Ângelo Martins, Maria Rosa Moreira, José Anacleto, Maria Alice Cardoso, Luís Loureço, Joana Morgadinho, João Correia, Luís Martins, Fernando Barata, Filipe Gonçalves, Eduardo Martins, Antónia Oliveira, que não apresentaram qualquer justificação. Os Presidentes de Junta de Aldeia de Joanes e Souto da Casa foram substituídos pelos seus representantes legais.

Relativamente ao Executivo Municipal faltaram os Senhores Vereadores Augusto Leal Salvado e Vítor Cunha e a Senhora Vereadora Clotilde.

Constatada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, com a seguinte agenda:

Ordem de Trabalhos

1º - Período de Antes da Ordem do Dia

2º - Período da Ordem do Dia

2.1 - Apreciar uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade municipal e da situação financeira do Município;

2.2 – Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2011;

2.3 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Autorização Genérica para Dispensa de Autorização Prévia da Assembleia Municipal”;

2.4 – Apreciação de uma proposta da Câmara Municipal de “Projeto de Regulamento da Vila de Alpedrinha e Aldeia Histórica de Castelo Novo”;

2.5 – Apreciação de uma proposta da Câmara Municipal de “Projeto de Regulamento das Aldeias de Xisto”.

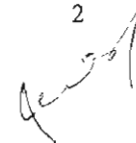
2.6 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Integração do Município do Fundão na Câmara de Comércio e Indústria Luso-Japonesa”;

2.7 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “CAM – Centro de Atrações Mineiras: Transmissão de ações e alteração dos estatutos;

2.8 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Isenção Total de IMI – CAM – Centro de Atrações Mineiras”;

2.9 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Declaração de Utilidade Pública da Construção da ETAR do Fundão”.

O Senhor Presidente da Mesa saudou todos os presentes e colocou a votação a acta nº 1/2012 que não foi alvo de qualquer consideração e foi aprovada por maioria, com 1 abstenção do membro Fátima Padez.



PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Aires Patrício – Baseou a sua intervenção num documento que se junta à presente ata, constituindo o Anexo 1.

Catarina Gavinhos – Disse subscrever quase tudo o que foi dito pelo seu antecessor. De seguida fez uma intervenção que se junta à presente ata, constituindo o Anexo 2.

João Boléu – Afirmou que a sua intervenção tinha a ver com a sua representação no conselho municipal de educação e no conselho cinegético. Por motivos profissionais nem sempre lhe é possível estar presente nas respetivas reuniões, pelo que alertava a AM para a possibilidade de ser eleito um outro representante que o substituísse, para que não se perder informação importante para as freguesias.

Henrique Dias – Sobre a posição do município do Fundão relativa à constituição de agrupamentos de escolas e face a alguns indicadores que indiciam a criação de apenas 1 mega agrupamento, reuniu o conselho municipal de educação que tomou uma posição muito clara que deve ser respeitada, de que se deve manter o atual quadro no concelho do Fundão, ou seja, 1 escola secundária e 3 agrupamentos de escolas públicas. O Senhor Presidente da Câmara assumiu que esta seria também a posição da autarquia a remeter à tutela da educação. Sobre o mal-estar que está ocorrer no setor da saúde, com a propalada reorganização, o PSD do Fundão assume como sua a posição do Senhor Presidente da Câmara, ou seja, que a consulta aberta deve funcionar tal como está no momento, nas atuais instalações.

Nuno Miguel Henriques – Sugeriu à Câmara Municipal que se descentralizassem as comemorações do dia da cidade em 9 de junho. As pessoas e as iniciativas devem levar-se às freguesias. Sobre a taxa de proteção civil, conhece situações em que a mesma é paga por proprietário e não por propriedade, o que leva a que uma herdade que tenha 5 ou 6 proprietários, todos paguem a mesma importância, o que considera errado. Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se pretende ou não avançar com a criação do conselho municipal de cultura, que ele próprio entregou na Mesa da AM. Mantém a sua proposta de descentralização das sessões da Assembleia e outras sessões solenes comemorativas pelas freguesias do concelho e que as mesmas possam ser transmitidas on-line a custo zero, para que todos os interessados possam saber o que aqui se passa.

Fátima Padez – Mostrou a sua perplexidade pela ausência quase total de membros da Assembleia Municipal na sessão solene do 25 de abril, o que considerou uma vergonha que talvez possa ser resolvida “através do pagamento de uma senha de presença”. Assim talvez adiram mais, o que é lamentável.

Abel Rodrigues – Começou por concordar com muitas das palavras proferidas pelo membro Aires Patrício. Ao longo dos últimos 6 anos têm-se ouvido naquele púlpito vários intérpretes que chamavam tudo ao governo PS. Eram uns malandros, uns incompetentes e estavam a fazer o maior ataque ao interior e ao Fundão. Agora apetece-lhe perguntar a esses oradores se não têm nada a dizer perante a atual situação. Antes era um ataque ao interior, agora é um ataque a todo o país, a todos os portugueses e algo que não há memória em nome de uma política com propósito bem definido de empobrecer de forma geral o povo português. O objetivo é chegarmos a um nível de vida muito próximo daquele que a China tinha há cerca de 10 anos. Quando se bater no

fundo tudo se torna mais fácil, porque a partir daí só se pode crescer. Toda a gente e até o próprio FMI já concluiu que esta política não nos leva a lado nenhum. Por outro lado os grupos económicos cada vez têm mais lucros, mas não nos devemos esquecer que foram os grupos financeiros, os especuladores, os principais responsáveis por esta crise em Portugal, na Europa e no Mundo. O atual 1º ministro, antes de chegar ao poder, publicou um livro, que convidava todos a ler, onde já dizia o que iria fazer e que é muito mais do que a própria Troica exige. O desemprego em 8% era um drama, neste momento já passamos os dois dígitos e aparentemente nada mudou na cabeça deste economistas que nos conduziram a isto, em nome de uma política ultra liberal que não respeita nada nem ninguém. Este Governo aumentou de forma generalizada tudo o que são bens de primeira necessidade, fez cortes na saúde e no ensino de forma cega. No setor da saúde que conhece particularmente, fê-lo de forma ainda mais grave, já que se restringe o acesso aos cuidados de saúde. As taxas moderadoras tiveram como resultado, nos próprios hospitais públicos, uma redução de cerca de 40% no acesso às várias especialidades, como raios-X, análises, fisioterapia. O povo come e cala porque sabe que isto está mal, mas será que é mesmo assim? Nós lemos que há contratações todos os dias, todos os meses, para ministros e ministérios, será que isto está certo? Antes o PSD e o CDS diziam que tinham uma lista que identificava onde se iria cortar na despesa, pelo que deviam ver o relatório desta semana relativo à execução orçamental onde verificarão que o deficit do Estado continua a subir, nomeadamente a sua despesa primária. A própria associação nacional de municípios pergunta porque é que foi parado o único instrumento que pretendia dinamizar a atividade económica e o emprego. O ministro da economia bloqueou verbas do QREN no valor de 1.500 milhões de euros, atitude que está a complicar a vida, nomeadamente a muitas câmaras municipais. Tanto criticavam o PS que não aplicava as verbas do QREN e agora ninguém diz nada. O deputado Carlos São Martinho devia ter uma palavra a dizer sobre este assunto, até porque a ANMP não é do PS. Trata-se, pois, de um ataque feroz a todos os portugueses e se isto tudo não é grave façam o favor de lhe dizer o que é grave.

Nuno Miguel Henriques – Disse que o que era grave era o membro Abel Rodrigues estar a falar o que falou de forma irresponsável, já que o PSD está a tomar as medidas que tem obrigatoriamente de tomar para salvar o país, devido à irresponsabilidade do governo PS e do Eng.º José Sócrates durante 6 anos. O PSD quando largou o governo, em março de 2005, o deficit não chegava os 3%. O PSD está a agir de forma racional para poder dar qualidade de vida às gerações vindouras. Também temos de ver quem criou as parcerias público privadas que nos levaram a este caos.

Carlos Jerónimo – Baseou a sua intervenção num documento que se junta a presente ata, constituindo o Anexo 3.

Rogério Hilário – Falou da taxa de ocupação do solo cobrada pelas empresas que distribuem o gás. Quando se aprovou nesta AM, todos se basearam num princípio e enquadramento legal em que não se sabia que a sua aplicação tinha uma amplitude legislativa que leva a que empresas e pessoas residentes nas pequenas cidades e vilas paguem muito mais que localidades de maior dimensão. Trata-se da aplicação da Lei de forma abusiva e forçosamente tem de existir uma alteração legislativa, sob pena de estarmos a pagar um direito muito mais caro que um residente no litoral ou em grandes concentrações populacionais. Em reuniões com a Câmara a resolução deste problema está a ser estudada, mas tudo tem de ser breve, sob pena de ter de se agir judicialmente para se repor o que é uma inverdade mencionada na Lei e todos tenham os mesmos

direitos. Respondendo a Abel Rodrigues disse que é muito bom bater e fugir e esconder a cabeça na areia, mas que o principal responsável pela situação do país é o PS.

Carlos São Martinho Gomes – Afirmou que temos de ter alguma tolerância para com algumas intervenções, nomeadamente a do membro Abel Rodrigues que fez uma intervenção que está enquadrada com a nova estratégia do PS. Ainda ontem ouvimos e vimos pela primeira vez na Assembleia da República, alguns deputados do PS a bater palmas ao seu líder, isto porque agora resolveram rasgar o pacto que tinham com o país e o assumir de culpas do Governo anterior. Perguntou de seguida ao membro Abel Rodrigues qual era a palavra que não entendia na frase “Não há dinheiro”. O povo português está a dar a resposta devida à situação e sabe que só existe este caminho. Até já colocam em causa a reorganização administrativa em curso, imposta pelo próprio PS, através de José Junqueiro, nas reuniões com a Tróica. Agora até já falam contra as PPP's quando foram eles próprios que as criaram. As rendas a pagar no âmbito da energia estão contratualizadas desde o tempo do PS e o atual governo está a tentar negociar, não se podem rasgar contratos. O PSD avisou durante vários anos para o caminho que estava a ser seguido. Estamos perante um caminho muito difícil e a trabalhar para tirar o país desta senda. Quem sofre mais são os mais pequenos e mais fragilizados, no entanto este governo tem seguido uma política de apoio às micro empresas e às instituições sociais para fazer face às dificuldades. Embora longe de atingir a normalização das contas públicas, acredita no povo português e que se ultrapassarão estes tempos difíceis. Este governo irá assumir-se como um governo de salvação nacional, perante a catástrofe que herdou.

Nuno Baltazar Mendes – Foi de opinião que temos uma ordem e trabalhos muito extensa e será muito importante discutir e avaliar esses pontos decisivos para o nosso concelho. Convém que ninguém se arrependa das palavras que profere, temos de ter a noção dos tempos difíceis que passamos. Não interessa agora analisar porque é que Portugal recorreu à ajuda externa, porque é que o PEC 4 nos levou ao que levou. O que estamos é a falar de coisas muito sérias. Todos os dias se rasgam contratos com as pessoas, nas reformas e subsídios de férias e de Natal. Será que são mais importantes os contratos com as empresas do que os das pessoas? Claro que não, respondeu. Há, no entanto um limite para tudo, pelo que aconselha o membro Carlos São Martinho a não falar mais em rasgar contratos, por respeito às pessoas a quem foram rasgados os seus e que também têm o seu limite. Perguntou se foi o PS o responsável pelo deficit de Itália, Irlanda, Espanha, França, Holanda, Islândia ou Grécia e lembrou que em Espanha há um governo do PP, contrário à sua ideologia política, mas que está a fazer tudo o que é possível para evitar a ajuda externa e tem a certeza que aquele país vai resistir porque o pior que nos aconteceu a nós foi termos de recorrer à ajuda externa.

Eduardo Saraiva – Disse que este Governo está a obedecer ao memorando assinado pelo PS com a Tróica, que tem de ser cumprido. O povo português é muito tolerante, o seu receio é que o povo deixe de o ser devido a certas políticas. Todos devemos perceber o que queremos e devemos dizer, porque a história tem factos que demonstram aquilo que o povo português é capaz de fazer.

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa disse que os grupos municipais deveriam apresentar um nome para ser eleito, indo ao encontro das palavras do membro João Boléu, para ser votado na próxima sessão da AM. Relativamente à sessão do 25 de Abril ele próprio e pela 1ª vez não pôde estar presente por motivos pessoais inadiáveis. Não é possível pagar-se senha naquela sessão comemorativa e cada

membro conscientemente é que deve saber se quer ou não participar naquele tipo de cerimónias.

2.1 - Apreciar uma Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade municipal e da situação financeira do Município

Henrique Dias – Disse ter pena de não estar presente o membro Luís Lourenço, já que de certeza iria congratular-se com a nova configuração desta informação escrita. Trata-se de um documento muito melhor apresentado em termos informativos, que nos permite conhecer com mais detalhe a atividade do município, a sua relação com a administração central, as instituições, comissões etc. Relativamente ao empreendedorismo e ao Plano de Inovação que o Município tem para o concelho do Fundão, considerou que valia a pena que todos os membros tomassem contato com aquele documento, onde iriam constatar e perceber a sua importância para o futuro da nossa terra.

Jean Barroca – Falou do Plano de Inovação para o Fundão, considerando que era um plano que transmite uma visão para o futuro da nossa terra, mas, sobretudo porque se tratar de um documento de trabalho com noção de escala e essência, do que nos distingue e devemos potenciar e ainda noção do enquadramento económico, político e regional. Temos de construir com eficiência, criatividade e com as pessoas, com os fundanenses. Trata-se de um documento de abertura e transparência, de incentivo e discussão, que estabelece um Fundão de mãos dadas e mangas arregaçadas. Terminou agradecendo ao Senhor presidente da Câmara a execução deste plano, deste projeto, que é o projeto do Fundão, terra de todos nós.

Rogério Palmeiro – Recordou que o concelho do Fundão irá ver em breve instalarem-se 3 empresas de grande monta (Ydrems, Cartier, Bio fábrica) que irão criar algumas centenas de postos de trabalho. Só aqui se faz a apologia da desgraça e não se valoriza este tipo de trabalho, que está a criar postos de trabalho no concelho e mais-valias para a economia da região. Estamos no bom caminho e a aposta daquelas empresas demonstra que o que estamos a fazer está bem, pelo que todos podem contar com esta Câmara Municipal, mas sem profetas da desgraça.

Bruno Ramos – Relativamente às obras do POLIS XXI, considerou que a sua implementação está um pouco aquém do previsto, em primeiro lugar devido ao tipo de material aplicado na requalificação das artérias da cidade. Em segundo lugar, devido aos prazos das obras, que na sua maioria são largamente ultrapassados. Exemplificou com a rua da cale, cujas lajes de granito já tiveram em grande parte de ser substituídas porque se partiram. Na Rua João Franco foram colocadas dissuasores que foram muito contestados pelos moradores e comerciantes da zona. Isto veio fazer com que a Câmara já tenha decidido que na requalificação da rua seguinte, esses mesmos dissuasores já não sejam introduzidos. O Senhor presidente da Câmara informou que iria verificar o comportamento cívico das pessoas e que os mandaria retirar da Rua João Franco no caso de as pessoas se comportarem com o civismo que se exige pelo que pergunta se a Câmara tem dinheiro para colocar, substituir ou retirar aquele tipo de material.

Pedro Salvado – Considerou que a informação escrita está muito melhor, dizendo que o PS sempre enalteceu o que é bom e critica o que considera mal. É, no entanto necessário distinguir-se o trabalho realizado, dos anúncios e da propaganda. Fica contente que possam vir muitas empresas, muitos postos trabalhos para o concelho, não existe é necessidade de estar de 6 em 6 meses a anunciar a mesma coisa. Não nos

tomem por tolos. Exemplificando, disse que o espaço verde do Fundão, junto às piscinas cobertas foi repetidamente anunciado, mas continua no papel desde 2007. A incubadora de empresas já foi falada de formas diferentes e por várias vezes e agora incluem a antiga praça nesse projeto, pelo que perguntava se não foi já criado por este Executivo uma coisa que se chama “ninho de empresas” na zona industrial do Fundão. Alguma coisa falhou ou estamos na Parte II. Na política não vale tudo, sem ética não existe política. Vieram aqui mais uma vez falar na criação de 400 postos de trabalho, mas quando? O Senhor Presidente diz que falta um pormenor que é a existência de um aeródromo para aterrar jatos dos administradores. Será que estão a gozar com as pessoas e a enganá-las, numa altura em que muitos fundanenses estão desempregados e desesperados por um trabalho? O certo é que não vão ser criados amanhã, no mês que vem, nem para o ano. Será ele próprio o primeiro a bater palmas à Câmara se conseguir criar postos de trabalho, mas que os mesmos sejam anunciados quando tudo estiver concretizado. Diz-se agora que o Bio fábrica, da Soalheira, vai iniciar a construção das suas instalações em 2014 e os empregos prometidos são para quando, 2014, 2015... Quanto à YDREMS começou por levantar algumas reticências ao facto de se estar a colocar uma empresa privada num edifício público, mas releva essa questão se na realidade forem criados empregos. Dizem que vão criar-se até 10 postos de trabalho, mas se o projeto agora apresentado ao QREN for aprovado. Mais uma vez se estão a enganar as pessoas, anunciando vagas quando as mesmas ainda não foram criadas na realidade.

Rogério Hilário – Disse que acabou de assistir a uma intervenção falaciosa. O fundamental ninguém releva, ninguém fala de empreendedorismo nem da captação de investimento por parte desta Câmara. O membro Pedro Salvado devia ter falado das 15 empresas que se estão a associar ao projeto para exportação e criação de novos canais, nos setores agro-alimentar e agrícola, criando mais empregos. O parque agro-industrial da Soalheira já tem terraplanagens em execução e já entrou na Câmara um projeto com intenção física de investimento, criando postos de trabalhos. Também já foi adjudicado o parque industrial de Silveiras que vai criar infraestruturas importantes para a instalação de empresas. O plano de inovação, e expansão agro-industrial são uma realidade e um instrumento de trabalho muito importante desta Câmara. Não tem mal algum anunciar investimentos, na altura certa aparecerão os postos de trabalho. Falacioso é anunciarem-se 150 mil novos postos de trabalho, como fez o anterior primeiro-ministro e depois reduzirem-se 400 mil. Estão criadas novas dinâmicas no concelho, nomeadamente na vertente industrial e comercial e que gostaria que todos analisassem bem o que se passa e contribuíssem para melhorar o que está a ser proposto. Os tempos mudaram e este Executivo está a interpretar essas mudanças e a agir rapidamente.

Eduardo Saraiva – Informou que no Fundão hoje estava presente a atriz Eunice Munhoz. Trata-se de uma grande intérprete do teatro, mas nem todos têm capacidade para representar. Hoje viu uma aproximação do PS e da CDU à intervenção do membro do CDS, mas ele próprio não faz aproximações a ninguém exceto ao partido do Fundão. Sobre o conteúdo da informação escrita congratulou-se com as alterações introduzidas. Este modelo tem uma perspetiva de futuro e não há problema em dar-se esperança às pessoas anunciando possíveis postos de trabalho. Disse também que, por exemplo, na página 26 existe alguma informação que não vale a pena ali colocar porque não é importante, tal como a “atualização do facebook”. Sente de forma particular as alterações que se fazem no Fundão e que sempre que possível é bom preservarmos a nossa história. O programa Polis é muito importante, mas não gosta da forma como se está a requalificar algumas zonas da nossa cidade, exemplificando com os bancos de

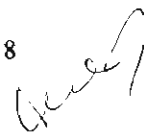
pedra incómodos colocados no Parque das Tílias e Largo da Igreja, onde ninguém se senta. Os pilaretes colocados nas ruas José Germano da Cunha e João Franco também são de muito mau gosto estético e funcional. Os técnicos podem sugerir, mas quem manda é a Câmara Municipal. Mudando de tema disse que a Quadragésima é um bom programa de Páscoa, mas quem teve a ideia de abandonar a organização da procissão do Senhor da Cana Verde, na quinta-feira santa, claramente não sabe o que está a fazer, já que se trata de uma tradição da nossa terra, pelo que vai escrever uma carta ao Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia a questioná-lo sobre esse assunto.

Nuno Miguel Henriques – Respondendo ao membro Pedro Salvado disse que o PSD se apresentou a eleições com o desígnio “política de verdade”, pelo que tem a certeza que todos os seus elementos não querem enganar ninguém. As empresas têm de ser verdadeiramente apoiadas neste concelho, de forma a fomentar o emprego, mas não nos podemos esquecer da agricultura e pecuária, propondo que relativamente ao IMI, fosse efetuada uma discriminação positiva, dando atenção às pequenas e médias empresas agrícolas deste concelho. Não se pode pensar só em inovação e esquecer a tradição.

Aires Patrício – Congratulou-se com o facto de quase todos estarem em consonância com a sua intervenção no PAOD, no entanto o membro Eduardo Saraiva que as aproximações são sempre bem-vindas se inteligentes e em nome do coletivo que aqui representamos. Existem muitos partidos, mas há um só povo, das ideias resulta a política de encanto, que é a que nos interessa. Valorizou o papel da agricultura, considerando-a elemento fundamental para o nosso desenvolvimento. Reiterou ser fundamental a limpeza e higienização das ruas, nomeadamente em Alpedrinha. Lembrou que “Os Chocalhos” fazem sempre estragos, as cantarias degradam-se, face às dezenas de milhares de pessoas que por ali fazem muita “trapalhada”. A EN 18 está cada vez mais degradada devido ao aumento do fluxo de tráfego, pelo que urge resolver rapidamente muitos dos problemas. Disse também que a toponímia é importante, mas fazem-se alterações gravosas, pelo que se deveria recuperar historicamente a toponímia de algumas ruas e locais. A verdade não é absoluta, há coisas que são verdadeiras e outras nem tanto, pelo que vale a pena pensar-se mais e falar-se um pouco menos.

O Senhor Presidente da Mesa em Exercício deu conhecimento que o Dr. Vítor Martinho tinha acabado de informar que devido a um contratempo já poderia estar presente nesta sessão, pelo que convidou o membro Aires Patrício a coadjuvar a Mesa.

Nuno Baltazar Mendes – Disse que o PS considera em relação a tudo o que se possa fazer em prol do crescimento económico, emprego, coesão social e desenvolvimento económico ninguém se pode excluir e deve ter uma atitude de responsabilidade, tenha o papel que tiver na sociedade portuguesa. Por outro lado estamos numa assembleia política e foi uma crítica de âmbito político que foi dirigida à Câmara Municipal, relativamente ao anúncio de medidas, por várias vezes. Esta crítica tem em vista reforçar este comprometimento do Executivo com essas medidas, não é estar contra em qualquer circunstância, seja ela qual for. O PS fará tudo o que estiver ao seu alcance para que as mesmas se concretizem. O PS assume a responsabilidade de apoiar tudo o que deve ser apoiado e estar a favor com o que considera defender os nossos interesses porque a política não é o “Quanto pior melhor”. A crítica política é pertinente, mas é só uma crítica e nada mais. Não será o PS que colocará em causa qualquer projeto e sacudirá a esperança para trás da cortina, porque todos nós precisamos de esperança. A concretização de alguns investimentos não depende do Senhor Presidente da Câmara, pelo que estranha algumas intervenções do PSD que de alguma forma queiram



comprometer o Senhor Presidente com os resultados anunciados da forma como foram. Reafirmou a vontade em querer fazer algo pelos nossos cidadãos. Não é humanamente possível que cada um de nós possa analisar todos os documentos relativos a esta AM, quando alguns deles só nos foram remetidos por mail na passada quinta-feira, ou seja, 48 horas antes desta sessão, pelo que o Senhor Presidente deve ter essa questão em conta, porque isso é que é participação democrática. Em 48 horas ninguém consegue ver e analisar todos os documentos e decidir sobre eles, porque isso não é sério.

Henrique Dias – Congratulou-se com a capacidade de mobilização da Câmara Municipal para liderar processos inovadores, com todas as escolas, Associação Comercial, instituições de solidariedade e particulares envolvidos em vários projetos. É assustador o número de estabelecimentos comerciais encerrados na cidade e devemos refletir e fazer alguma coisa. Constatou que há ali um PS de duas caras, o primeiro PS dramatiza, o segundo PS é mais suave na análise, mais calmo, dizendo que está de acordo com a Câmara nas questões essenciais. Os projetos revelam a capacidade, inteligência e liderança suficientes para alterar o estado de coisas em que nos encontramos. Relativamente à questão do aeródromo considerou que se trata de uma situação que pode trazer alguns constrangimentos à implantação desse investimento no concelho e foi esse aspeto que foi realçado nas intervenções públicas sobre o assunto.

Carlos São Martinho – Deu os parabéns à Câmara Municipal pela forma como elaborou esta informação escrita e pelo seu conteúdo, bem como a janela de esperança que se abre para o concelho do Fundão. Saudou também a realização da conferência sobre o empreendedorismo, organizada pelo Jornal do Fundão, que veio ao encontro do objetivo primeiro que está na cabeça deste Executivo. Estamos numa assembleia política e concorda que é mais importante ouvir do que falar. O que o membro Nuno Baltazar Mendes nos trouxe não é apenas branquear o discurso do seu colega de bancada, mas tem também laivos de um discurso transversivo de boas intenções e de algum cinismo. No entanto o que se passou na Câmara Municipal nos últimos tempos enche-nos a todos de esperança, porque o Senhor presidente agarrou com todas as suas forças as intenções dos empresários e disse-lhes “podem contar connosco e com toda a energia do nosso concelho” para potenciar este tipo de investimento. A questão do aeroporto foi tratada pelo Senhor presidente dizendo que ia contatar os seus colegas vizinhos, que têm intenções nesse aspeto, tentando de alguma forma resolver o problema. Vamos esperar que as coisas decorram com normalidade e esse investimento será uma realidade.

Presidente da Câmara - Concordou ser complexo e demorado analisar todo este conjunto de documentos, mas também é verdade que o relatório que acompanha as contas é o mais claro, simples e perceptível possível, de forma a facilitar a sua análise. Também procurou que a informação escrita fosse um misto entre a sua clareza e as prioridades e diligências que determinam aquilo que foi a ação do Executivo nos últimos 2 meses. Agradeceu as palavras dos membros da AM relativas a este documento em apreciação. Informou que o plano de inovação foi apresentado a cerca de 170 empresários e a uma massa crítica doutras instituições também muito importante (bancos e instituições de crédito). Aproveitou-se também a capacidade que o jornal do Fundão tem para ir além daquilo que é a nossa dimensão. Sobre o documento apresentado disse tratar-se de um posicionamento consciente e oportunista, tem também a intenção de criar um consórcio com as universidades, as empresas, as entidades, que consolidam um ecossistema de caráter mais urbano, com micro empresas onde as ideias podem germinar valor extraordinário, multiplicado por muitos cifrões. No ninho de

empresas criado, o dinheiro público servia para atrair, para sustentabilizar. Essa filosofia já não é tão necessária na Zona Industrial e temos de partir para um centro de alta formação. No dia 10 a Câmara reuniria todas as empresas no Salão Nobre para começar a construir esse polo de alta formação no concelho do Fundão, porque temos essa massa crítica. Dava o benefício da dúvida a algumas intervenções porque considera existirem pessoas mal informadas e ele próprio tem algumas culpas nesse processo. Disse também ter ficado muito satisfeito com o facto de algumas empresas, alguns grupos económicos e marcas de excelência se quererem instalar e investir na nossa terra. Trata-se de uma questão que não cai do céu, dá muito trabalho e talvez o maior mérito seja dos empresários que aqui estão instalados. Realçou a importância da discussão pública dos assuntos, considerando-a peça fundamental que não se deve desconsiderar ou diminuir seja de que forma for. Haver 7, 8, 9 ou 10 cidadãos que de forma corajosa dão a sua opinião sobre qualquer assunto é de louvar. No caso relativo ao futuro da antiga praça municipal, foram dadas opiniões distintas e diversas e foi possível detetar linhas de consenso entre as diversas propostas. Também foi interessante verificar que todas as pessoas que se pronunciaram não têm qualquer ligação direta com qualquer estrutura de poder ou posicionamento com esta Câmara. Relativamente às obras do Polis disse que quando se intervém no espaço público há sempre riscos. Ainda não existiu nenhuma intervenção no espaço público que não tenha tido dificuldades, mesmo naquelas que todos consideraram boas opções. Ouviram-se as pessoas e a associação comercial, fizeram-se alterações e opções que responsabilizam o cidadão, nomeadamente ao não colocar dissuasores na Rua 5 de outubro. Deu também conhecimento que não estava previsto nenhum dissuasor em nenhuma das intervenções relacionadas com o Polis efetuada até hoje, todos foram colocados à posteriori, porque é algo de que não gosta, ou seja, criar obstáculos. Espera e acredita que o cidadão do Fundão vai ser exemplar e vai dar a resposta que esperamos e estar à altura da sua responsabilidade. Relativamente à taxa aplicada aos consumidores de gaz natural e à subida no valor das faturas em cerca de 35% para os empresários e 25% para os particulares, informou que temos 2.00 utilizadores do serviço e 18.00 não utilizadores. Temos também uma Lei de Base que permite que a concessão vá aplicar na totalidade o valor dos direitos de passagem aos consumidores, no caso do concelho do Fundão aos tais 2.000. Se por acaso só existisse 1 consumidor, este pagaria toda a repercussão dessa taxa. O que se passa é que os municípios do interior, com menos consumidores vão pagar muito mais que os doutros concelhos onde existe muito mais gente, exemplificando com o facto de no Fundão se pagar 150 vezes mais que a taxa aplicada em Lisboa. Isto é injusto e revoltante, levanta muitas questões jurídicas que a Câmara Municipal e a ACIF estão a tentar resolver. Entretanto e como a fatura é insustentável e a Câmara não abdica de receber essa taxa de passagem de dezenas de quilómetros de condutas perigosas, reuniu com a entidade reguladora e com a concessionária e encontrou-se uma solução provisória até haver decisões jurídicas. Esta solução passa por cobrar aquilo que está retroativamente a ser cobrado (taxa de 2011), serem divididos pelos próximos 10 anos. Quanto ao ano de 2012 a Câmara trará uma proposta à Assembleia Municipal de Junho com a alteração para um valor 10 vezes inferior, para que essa taxa possa descer 5 vezes na fatura de todos os consumidores. Trata-se de uma questão jurídica complexa, que se vai tentar resolver com urgência. Sobre os agrupamentos de escolas, reiterou que o conselho municipal de educação não aceitou só 1 agrupamento para o nosso concelho, pelo que tudo fariam para contrariar essa situação. Sobre a reforma administrativa em curso considerou que a sua aprovação no futuro deverá ter uma maioria qualificada no âmbito desta Assembleia, senão a Lei tem mecanismos para resolver o assunto. Deviam existir políticas integradas, não se pode falar de educação sem saúde e de reforma dos serviços públicos isoladamente, pelo que tudo deve ser integrado. Quanto ao Hospital não se

podem fechar umas coisas, mudar outras sem se saber porquê e para quê e quais as consequências dessa atitude, mas esta Câmara estará também a trabalhar essas questões. Falando da EN 18, informou que estava reunido com o Senhor Secretário de Estado dos Transportes e lhe manifestou as suas preocupações sobre o atual estado daquela artéria e foi-lhe comunicado que seria enviada com urgência uma equipa para verificar a situação e avançar o mais rápido possível com soluções para as zonas mais problemáticas.

2.2 – Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2011

Presidente da Câmara – Informou que a receita global orçou os 29.216 milhões de euros e a despesa 29.238 milhões, com taxa global de 46% de execução. O investimento (29 milhões) é muito superior ao verificado no ano de 2010, talvez no pior ano em termos de conjuntura económica do País, com um aumento de cerca de 3 milhões. Quanto aos impostos, o IMI aumentou e o IMT, ligado às transações, também subiu consideravelmente, o que significa mobilidades da propriedade, ou seja, a existência de pessoas que investem, o que demonstra capacidade de resistir perante a mudança, talvez devido ao facto de possuímos uma economia essencialmente rural. Quanto à receita, a Câmara recebeu 10 milhões de euros do Estado e tem capacidade para multiplicá-los por três. Sobre a despesa informou que há uma redução de quase 8% nas despesas com pessoal e também na aquisição de bens que conseguiu acompanhar a aquisição de serviços, devido à fatura elétrica, transportes escolares e combustíveis. Houve um aumento dos encargos financeiros porque durante o ciclo de vida de uma obra os juros podem ser capitalizados, ou seja, até fazermos a receção provisória da obra, os juros estão incorporados na parte da obra, estão numa linha de despesa de capital, após a receção provisória passa para custos financeiros. O ativo bruto da Câmara foi aumentado em 4.700 milhões, embora exista ainda uma décalage entre o que é do município e o que está registado. O resultado líquido do exercício é de 1,171 milhões. Sobre a dívida do município informou que em 2011 existiu uma diminuição da dívida de 83.423 milhões para 79.916, cerca de 3,5 milhões a menos. Trata-se de uma dívida difícil, mas conseguiu-se chegar a um quadro de estabilização, com alguma diminuição. Dos 17 milhões de dívida de curto prazo que estava em conferencia, há uma verba de cerca de 1 milhão que até pode não vir a ser reconhecida, mas, na dúvida colocou-se e não se retirou. Quase 80% da dívida têm a ver com investimento e 20% com despesas correntes, onde estão muitos do que foram os acordos de pagamento, nomeadamente com a empresa Águas do Zêzere e Côa. Aquela empresa pede 8.220 milhões de euros de dívida, que pretendem ver reconhecida no tribunal arbitral, mas a Câmara tem um valor de 43.804 milhões não reconhecidos pela AZC, mas que também não consta do balanço da Câmara, embora as provisões dos 8.220 milhões ali tenham sido colocadas. É preciso esperar para ver o que os tribunais decidem. Disse também que a Câmara recebeu cerca de 100 milhões de autofinanciamento como comparticipação nas obras para arborizar cerca de 180 milhões de investimentos que tiveram candidaturas aprovadas. Fizeram-se muitas candidaturas com coletividades e freguesias e isso tem um custo associado que nos últimos anos já superou os 20 milhões euros. Nos próximos 3 anos (até 2014), estará num plano de investimento de 17 milhões euros, incluindo-se aí o concurso público agora lançado do espaço verde da cidade. Significa isso que esse investimento tem 3.600 milhões de financiamento, sendo 1.100 milhões de esforço próprio para acompanhar esse investimento. Informou que o congelamento do QREN relativo a alguns investimentos quer na parte pública, quer na privada, está a preocupar e não é solução para os problemas. Antevê o aparecimento de questões graves, pelo facto dessa imprevisibilidade poder vir a fazer com que não saibam com o que podem contar no final da cativação. Com a Comurbeiras falta assinar 6 contratos de financiamento no

valor global de 6 milhões, alguns com concursos já lançados, existindo obrigações, pelo que não se pode agora estar a pensar em rasgar os respetivos contratos.

Catarina Gavinhos – Considerou as contas completamente transparentes, mas das mesmas ressalta aquilo que é óbvio, ou seja, que estamos muito endividados, tal como os países e o mundo. O problema das dívidas é que, muitas vezes, o dinheiro foi gasto, não no bem-estar das pessoas, mas noutras coisas, nomeadamente para manter benesses a particulares e a não particulares. As dificuldades no seu pagamento são razoáveis, quando a opção estratégica do governo é mais austeridade pura e dura, o que só faz diminuir a atividade económica. Vai abster-se na votação das contas porque é estranho executar-se só 46% do que foi planeado. A prioridade no pagamento das dívidas deve estar direcionada para o pagamento de pequenas e médias empresas, que muitas vezes têm a sua existência em causa pelas dívidas contraídas pela Câmara Municipal.

Pedro Salvado – Deu conhecimento que na altura de apresentação do orçamento foi aconselhado pelo membro Carlos São Martinho a dizer o que tinha a dizer, na aprovação das contas, ou seja, hoje. Assim, seguindo o seu conselho, pergunta para onde foram os 5 milhões de euros, resultantes da diferença entre a receita e a despesa, mencionadas no documento. Quanto aos compromissos por pagar disse que aparece uma verba de 20.900 milhões, perguntou quem ou o quê ficou por pagar, daquela verba.

Nuno Baltazar Mendes – Agradeceu a forma clara como o Senhor Presidente apresentou as contas. Ficou satisfeito com o aumento de receita do IMI, considerando-o um fator de diferenciação que deve ser potenciado. A propósito da dívida de curto prazo disse estar de acordo com a colocação de toda a dívida em conferência, mas, relativamente às contas da empresa Fundão Verde, numa dívida de IVA às Finanças no valor de 166 mil euros, o valor não foi provisionado, o que vai contra o procedimento efetuado no município. Aplaudir uma situação também exige que a outra tenha igual procedimento. Relativamente aos encargos financeiros disse que existe um aumento de cerca de 1 milhão de euros, pelo que solicitou mais esclarecimentos sobre este assunto. As dívidas a fornecedores têm efeitos brutais e danos significativos na economia local. Pediu à Câmara que no próximo exercício tenha a preocupação de pagar a essas empresas locais e que todas as prerrogativas sejam utilizadas para que a economia local possa ser beneficiada. Sobre o QREN e os 7 milhões de euros de contratos já assinados, em que o dinheiro ainda não entrou e não se sabe se vai entrar, pergunta se, a participação da Câmara já entrou ou não, porque esta situação é limitativa e agrava a situação. Sobre a dívida não reconhecida pela AZC no valor de 43 milhões, perguntou se já há alguma decisão no Tribunal, em primeira instância e quais os valores em causa. Informou que o PS apoia a medida da passagem de 4 para 1 empresa municipal e que a medida só peca por tardia. Sobre a reestruturação da dívida perguntou o que está subjacente no entendimento da Câmara sobre esta matéria e o que pretende propor.

Rogério Hilário – Realçou a forma clara como o Senhor Presidente apresentou as contas do Município e que em termos de análise está mais facilitador. O ano de 2011 foi muito complexo já que em termos económicos foi muito desfavorável, mas de certa forma o município conseguiu contrariar a situação, não só pela redução no endividamento como pela boa execução orçamental. As contas de funcionamento, à exceção de duas, também tiveram reduções significativas. Realçou ainda que o município teve um resultado operacional significativo e uma situação líquida positiva de cerca de 1.100 milhões de euros. Não ocorreu mais endividamento, mas conseguiu-se multiplicar por três aquilo que o Estado nos dá. Explicou ainda que a dívida tem a ver

com a opção tomada de dotar o concelho de infraestruturas há muito desejadas por todos, pelo que o benefício social das mesmas está à vista de quem quer ver, o que demonstra que as opções foram as mais corretas. É necessário reestruturar e reequacionar tudo o que se pretende fazer em termos económicos. O QREN tem um problema complicado a resolver que tem a ver com a capacidade de endividamento que a economia tem neste momento. Trata-se de um problema nacional e um grande desafio para o Senhor Presidente da Câmara em prol dos mesmos objetivos. Terminou afirmando que este foi um dos melhores exercícios já realizados.

Presidente da Câmara – Agradeceu as considerações positivas sobre o documento, que irá transmitir e estender à divisão financeira da autarquia. Ao membro Pedro Salvado respondeu que os Factorings não podem ser tratados numa perspetiva plurianual, relativamente ao prazo de amortização, sendo necessário carregar todos os anos o valor de 29 milhões pela sua globalidade, o que faz empolar o orçamento. Trata-se de um problema estrutural que ninguém ainda conseguiu resolver. Quem não os carrega não tem empolamentos, mas pode vir a ter outro tipo de problemas. Ao membro Nuno Baltazar informou-o que a dívida a fornecedores/conta corrente é um problema grave e numa linha de consolidação é melhor estabilizarem-se as dívidas de curto prazo a fornecedores. Relativamente à empresa Fundação Verde e à questão levantada, esta autarquia está em litígio com as Finanças porque relativamente aos contratos programa estão a exigir o pagamento de IVA e todos sabem que aqueles estão isentos de IVA. Tirou-se erradamente da esfera dos municípios a possibilidade de contrair empréstimos de longo prazo que pagariam aos empreiteiros e às empresas e contribuiriam para fazer melhores negócios. Quanto ao plano de consolidação financeira é essencial que este decorra entre 10 a 15 anos, o que permitirá pagar aos pequenos fornecedores cerca de 6 milhões. Aos grandes fornecedores as situações serão mais complexas. Informou ainda que uma das questões importantes do plano de inovação é a proposta remetida aos bancos em que a Câmara coloca todos os seus movimentos (30 milhões de euros) na entidade bancária que crie uma forma de ajudar empresas e jovens empreendedores e a economia local, de forma regulamentada. Aproveitou ainda o momento final desta sua intervenção para homenagear o Dr. Manuel Frexes que já não está nesta Câmara, mas os números refletem muito do seu esforço e das suas dores de cabeça.

Colocado o documento a votação foi o mesmo aprovado por maioria com 34 votos a favor, 1 voto contra do Senhor Luís Castanheira e 7 abstenções dos membros Catarina Gavinhos, Nuno Baltazar, Pedro Salvado, Bruno Ramos, Helga Capelo, Nuno Ramos Lopes e Luís Cerdeira.

2.3 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Autorização Genérica para Dispensa de Autorização Prévia da Assembleia Municipal”

Presidente da Câmara – Informou que a Lei precisa ser melhorada e regulamentada e que na dúvida trouxe à Assembleia Municipal esta proposta de autorização genérica de compromissos acima de 100 mil euros, com o compromisso de trazer sempre à AM seguinte a informação de tudo o que possam ser contratos acima dos 100 mil euros. A Lei ainda não está regulamentada, mas tem que preservar A Câmara Municipal e por isso o aparecimento desta proposta, que pretende salvaguardar o futuro.



Nuno Miguel Henriques – Perguntou até que ponto esta proposta não pode ter uma pequena alteração que a limite no tempo, isto é para não hipotecar o futuro devia-se colocar um espaço de tempo, porque hoje é assim, mas amanhã não sabemos.

Presidente da Câmara – Disse que nem 1 ano nem 2, já que a partir do momento em que a Lei esteja regulamentada isto será revogado, apenas estamos a salvaguardar o futuro. Trata-se de uma autorização de despesa, nada mais.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocado à votação e aprovado por maioria com 35 votos a favor e 4 abstenções dos membros Nuno Miguel Henriques, Helga Capelo, Nuno Ramos e Luís Castanheira.

2.4 – Apreciação de uma proposta da Câmara Municipal de “Projeto de Regulamento da Vila de Alpedrinha e Aldeia Histórica de Castelo Novo”

Presidente da Câmara – Informou que este ponto da ordem de trabalhos e o próximo se prendem com o mesmo princípio utilizado na última Assembleia que vem ao encontro da valorização do órgão e da discussão pública. Depois dessa discussão os documentos voltarão à Assembleia Municipal para aprovação, depois da auscultação pública. Espera assim que todos se possam posicionar e enviar os seus considerando relativamente a estes projetos. Trata-se de regulamentos específicos para os locais indicados, locais esses que têm valores patrimoniais únicos, pensados e entendidos de uma forma diferenciada.

Catarina Gavinhos – Acha muito bom ter-se conhecimento dos regulamentos antes de serem trazidos para aprovação e que talvez seja excessiva a especificidade para coisas muito semelhantes. Sobre o que já viu existem coisas que não são aplicáveis e que se podem discutir depois, no entanto a entrada norte de Alpedrinha, onde há uns anos se fez uma avenida, rasgando toda a encosta, que está fora deste regulamento. Por outro lado a Câmara, vá lá saber-se porquê, resolveu abater algumas árvores centenárias, pelo que tem receio que existam alguns interesses que não os do bem comum, por trás de decisões como esta, deixando de fora toda a entrada norte de Alpedrinha.

Aires Patricio – Corroborou o que disse Catarina Gavinhos, porque o corte das árvores foi um autêntico atentado. Disse ainda que devia haver uma discriminação positiva em termos de IMI para os residentes nas zonas abrangidas por este regulamento.

Luís Castanheira – Disse que tem tendência de voto para concordar com este tipo de propostas, no entanto queria saber se os autarcas das respetivas freguesias também estão envolvidos na discussão deste assunto e se o regulamento também passou por eles.

Presidente da Câmara – Informou mais uma vez que hoje não se vai votar este regulamento e que os documentos estão aqui para serem apreciados, obviamente e também com os Senhores autarcas de freguesia. Tal como já se fez para o centro histórico da cidade, poderão considerar-se alterações e reduções ao nível dos impostos em polos onde existe reconversão, recuperação de imóveis e valores patrimoniais.

2.5 – Apreciação de uma proposta da Câmara Municipal de “Projeto de Regulamento das Aldeias de Xisto”

Após os esclarecimentos prestados no ponto anterior, o Senhor Presidente da Mesa questionou a Assembleia se alguém iria usar da palavra. Perante a resposta negativa, aproveitou a oportunidade para mostrar o seu regozijo pelo facto deste tipo de discussões

assim acontecer, com o conhecimento prévio dos regulamentos, para mais tarde poderem ser votados com a participação de todos.

2.6 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Integração do Município do Fundão na Câmara de Comércio e Indústria Luso-Japonesa”

Não houve interessados em usar da palavra, pelo que o Senhor Presidente da Mesa, colocou o documento a votação e foi aprovado por unanimidade.

2.7 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “CAM – Centro de Atrações Mineiras: Transmissão de ações e alteração dos estatutos

O Senhor Presidente da Mesa informou a Assembleia que os membros Carlos São Martinho Gomes e Rogério Hilário não iriam participar nem votar este assunto, por pertencerem ao órgão.

Presidente da Câmara – Informou que finalmente se conseguiu o visto do Tribunal de Contas para este projeto do centro de atrações mineiras. Informou que para efeitos de candidatura houve necessidade de efetuar algumas alterações ao projeto e de fazer uma diminuição no investimento, passando de 7 para 5 milhões de euros, face aos tempos complicados que se atravessam. A taxa de comparticipação é de 75% e acertou-se a parte estatutária e de estrutura do capital por causa da comparticipação máxima. Outra questão que está a ser tratado é que não paguemos IMT, por razões óbvias, de forma a não deixarmos que verbas da região passem para o grande plafond nacional.

Catarina Gavinhos – Perguntou por que não existiu um concurso público e porque foi escolhida a fundação Minas da Panasqueira. Gostava também que a convencessem que não estamos perante uma parceria público privada, com lucros para os privados e prejuízos para o Estado.

Presidente da Câmara – Informou que esta é a primeira parceria do País que tem visto prévio do tribunal de contas à sua execução. Estamos a falar de um capital social de 50.000 € e fez-se a distribuição do capital desta forma para podermos beneficiar do estatuto de PME e ter a máxima atribuição de fundos comunitários.

Colocado o documento a votação foi o mesmo aprovado por maioria com 28 votos a favor, 2 abstenções dos membros Luís Cerdeira e Nuno Miguel Henriques e 8 votos contra dos membros Catarina Gavinhos, Nuno Baltazar, Pedro Salvado, Bruno Ramos, Helga Capelo, Nuno Ramos, Luís Castanheira e Berta Oliveira.

O membro **Nuno Miguel Henriques** disse ter-se absterido nesta por uma atitude de coerência e imperativo de consciência, porque quando este projeto veio pela 1ª vez a esta Assembleia, também se absteve na votação, porque é cético, não quanto ao projeto em si, mas pelo timing e pelas dificuldades económicas que atravessamos no momento.

2.8 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Isenção Total de IMI – CAM – Centro de Atrações Mineiras”

Luís Castanheira – Disse que esta proposta é muito injusta porque o nosso concelho já está a cobrar aos seus residentes a taxa máxima de IMI. Está a decorrer a avaliação de todos os prédios urbanos do concelho e a Câmara propõe agora a isenção total de IMI

para um organismo que apenas visa explorar economicamente aquele centro mineiro, pelo que por uma questão de justiça a Câmara devia rever a cobrança de IMI para todas as pessoas do concelho, que têm enormes dificuldades em pagar tantos impostos.

Presidente da Câmara – Disse que todos têm consciencia do projeto que está em causa, qual a sua concessão e como aparece. Trata-se de um investimento de caráter municipal e cobrarmos a nós próprios. Porque não o tinha feito nas intervenções anteriores, aproveitou este momento para esclarecer que as sessões de Câmara podem ser descentralizadas, perante sugestão das freguesias, o que até agora não aconteceu e que no espaço do Casino irá adaptar-se uma sala mais digna e com melhores condições para funcionamento dos serviços de apoio à Assembleia Municipal.

Colocado o documento a votação foi o mesmo aprovado por maioria com 26 votos a favor, 3 abstenções dos membros Catarina Gavinhos, Luís Cerdeira e Nuno Miguel Henriques e 7 votos contra dos membros Nuno Baltazar, Pedro Salvado, Bruno Ramos, Helga Capelo, Nuno Ramos, Luís Castanheira e Berta Oliveira.

2.9 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Declaração de Utilidade Pública da Construção da ETAR do Fundão”

Presidente da Câmara – Informou que se trata de uma questão de ordenamento e que até agora não se tinha colocado por não haver necessidade disso, como parece ser agora o caso, solicitado pela AZC.

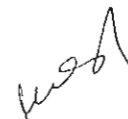
Não havendo intervenções foi o documento posto colocado a votação e aprovado por unanimidade.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa perguntou ao público presente se alguém pretendia intervir. Não sendo o caso, deu como encerrados os trabalhos da Assembleia Municipal pelas 20.30 horas. Da sessão se exarou a presente acta que vai ser assinada por todos os Membros da Mesa da Assembleia.

Presidente da Assembleia Municipal _____

1º Secretário _____

2º Secretário Maria do Carmo Roxo Nogueira



VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS

2.2 – Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2011

Aprovado por maioria com 34 votos a favor, 1 voto contra do Senhor Luís Castanheira e 7 abstenções dos membros Catarina Gavinhos, Nuno Baltazar, Pedro Salvado, Bruno Ramos, Helga Capelo, Nuno Ramos Lopes e Luís Cerdeira.

2.3 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Autorização Genérica para Dispensa de Autorização Prévia da Assembleia Municipal”

Aprovado por maioria com 35 votos a favor e 4 abstenções dos membros Nuno Miguel Henriques, Helga Capelo, Nuno Ramos e Luís Castanheira

2.4 – Apreciação de uma proposta da Câmara Municipal de “Projeto de Regulamento da Vila de Alpedrinha e Aldeia Histórica de Castelo Novo”

Apenas apreciado.

2.5 – Apreciação de uma proposta da Câmara Municipal de “Projeto de Regulamento das Aldeias de Xisto”

Apenas apreciado.

2.6 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Integração do Município do Fundão na Câmara de Comércio e Indústria Luso-Japonesa”

Aprovado por unanimidade.

2.7 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “CAM – Centro de Atrações Mineiras: Transmissão de ações e alteração dos estatutos

Aprovado por maioria com 28 votos a favor, 2 abstenções dos membros Luís Cerdeira e Nuno Miguel Henriques e 8 votos contra dos membros Catarina Gavinhos, Nuno Baltazar, Pedro Salvado, Bruno Ramos, Helga Capelo, Nuno Ramos, Luís Castanheira e Berta Oliveira

2.8 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Isenção Total de IMI – CAM – Centro de Atrações Mineiras”

Aprovado por maioria com 26 votos a favor, 3 abstenções dos membros Catarina Gavinhos, Luís Cerdeira e Nuno Miguel Henriques e 7 votos contra dos membros Nuno Baltazar, Pedro Salvado, Bruno Ramos, Helga Capelo, Nuno Ramos, Luís Castanheira e Berta Oliveira

2.9 – Apreciação e votação de uma proposta da Câmara Municipal de “Declaração de Utilidade Pública da Construção da ETAR do Fundão”

Aprovado por unanimidade.

C D S

CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO FUNDÃO

28/4/2012

Intervenção no PAOD

Aires Patrício - Deputado Municipal

Não será fácil distanciarmo-nos do que o tempo aproxima.

Quero com isto lembrar que foi, neste mesmo espaço, o Salão Nobre da Câmara Municipal do Fundão, há três dias atrás, que comemorámos os trinta e oito anos que nos separam do Abril de 1974.

E é, função da circunstância dramática que vivemos e na linha das preocupações, das inquietações que então partilhei com os presentes, que considero oportuno, enquanto Deputado Municipal, ponderar que, fazer a leitura e tirar as ilações necessárias destes 38 anos, será uma tarefa ciclópica, mas que, por razões patrióticas, tal se impõe e urge fazer.

Da explosão de alegria, de esperança que nasceu com aquela madrugada de Abril, à falta de horizontes deste hoje, tem cumprido Portugal todo um caminho de promessas não cumpridas, de sonhos que se esboroam,

em que uma amargura crescente toma o lugar da esperança, arrastando-se por quotidianos que da alegria e da tranquilidade criadoras se apartam.

Instalada a dúvida, só a angústia tem lugar.

Do entusiasmo que já foi a actividade política/partidária ao desencanto que hoje sugere, resta o discurso vazio, porque inconsequente, que tal desencanto determina.

Das figuras que o telespectador, há longo tempo, conhece, tenho presente as que, repetidamente, nos explicam o porquê das medidas de austeridade que, como dizem, tiveram a coragem de impor à esmagadora maioria do Povo português.

Pela parte que me cabe lembrarei a quem tal diz que, se alguém tem coragem, é o Povo, que com infinita dignidade tenta interpretar a circunstância que vive e, como já tive a oportunidade de aqui afirmar, dá a outra face com a mesma dignidade.

Confesso, contudo, que preferiria que, com a mesma elevação, essas mesmas figuras explicassem ao Povo português as verdadeiras razões de mais este descalabro.

FMI em 1978 e 1983 e, agora, o que é costume designar-se por TROIKA.

Porque creio interpretar o sentimento de desânimo que, inexoravelmente, se vai apoderando do Povo português

e em respeito pelos princípios que o Partido que aqui represento – o CDS – defende, faço questão de afirmar a minha solidariedade com todos quantos a quem o desemprego bateu à porta, a insolvência destruiu, a penhora levou a casa, a mesa empobreceu.

Na vertigem dos quotidianos dramáticos que se multiplicam somos invadidos pela amarga sensação de que o País se transformou num imenso escritório de contabilidade em que só os algarismos, as estatísticas, as percentagens e etc., contam.

O cidadão, o seu bem-estar, está a ser devorado por uma obsessão contabilística sem precedentes.

Não raro alguém nos lembra que a nossa produtividade é baixa, e que, por isso, o salário não pode ser alto. A esses perguntarei: tem o trabalho sido devidamente respeitado, remunerado?

Por toda essa Europa, por todo esse mundo, o trabalhador português é respeitado, é considerado produtivo.

Porque será que em nossa casa, no nosso País, é tão frequente ouvir-se dizer que a trabalhar ninguém fica rico?

E mais não digo.

Sem qualquer reserva mental mas porque se nos impõe reflectir historicamente, considero oportuno lembrar o dilúvio discursivo que afoga estes trinta e oito anos.

Da infinidade das promessas não cumpridas às estratégias falhadas, resta-nos um País endividado, sem perspectivas, sem capacidade económica, importando mais de metade do que precisa para se alimentar.

Resta-nos um País em que o trabalhador por conta de outrem, em impostos directos e indirectos, entrega ao fisco mais de metade do que auferi por cada ano de trabalho.

Em Setembro de 2011 sabia-se que o consumo de pão tinha diminuído em 23%.

Não raro ouvimos, por parte de quem tem acesso aos chamados órgãos de comunicação social, que as famílias portuguesas se endividaram acima das suas possibilidades.

Pergunta-se:

Caberá tal responsabilidade, em exclusivo, às famílias?

Entendo que não.

Obviamente.

Aproveito, aliás, para, enquanto família, dizer que não me reclamo de incapaz de a orientar ou de me adaptar às circunstâncias, como o momento bem o demonstra.

O mesmo acontecendo com esmagadora maioria das famílias portuguesas.

Reclamo é da incompetência de toda uma governação que chamou de pessimistas a todos quantos avisaram dos erros que, sucessivamente, ia cometendo.

Segundo julgo saber, a ciência económica que serve o Ministro das Finanças defende que uma economia não cresce sem uma classe média saudável.

Ora, em presença do ataque massivo de que a classe média tem vindo a ser vítima, como se conseguirá o tal crescimento? Haverá quem nos explique como crescerá a economia depois de não termos classe média? Haverá quem nos possa explicar que caminhos, por certos inovadores, vamos percorrer?

O mesmo Ministro disse, na Assembleia da República, na passada 5ª feira , que o ajustamento vai ser possível, acrescentando: a longo prazo. Que entenderá, por longo prazo, o Snr Ministro?

Não nos disse. Foi pena. Porque, até lá, que mais iremos ter?

Quero acreditar que Portugal venha, algures no tempo, a usufruir de melhores dias, mas temo que a surdez e a cegueira de uma endémica macrocefalia política tornem progressivamente menos tangível esse momento.

Um País não é um Governo.

Um País é um Povo.

E um Povo não se governa com discursos

E um País governa-se com trabalho

Com trabalho cuja riqueza produzida é equitativamente distribuída.

Nenhum Povo de bolsos vazio vive em verdadeira liberdade.

Sem liberdade não há independência.

Sem independência não há futuro.

Impõe-se-nos lutar pela independência de Portugal.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO FUNDÃO**28 DE ABRIL DE 2012****GRUPO MUNICIPAL DA CDU**

Exmos Senhores

Neste período antes da ordem do dia, gostaria de chamar a atenção desta assembleia para a carta endereçada pela FENPROF (Federação Nacional dos professores) sobre a reorganização da rede escolar em curso, nomeadamente relativa ao encerramento de escolas e à construção de Mega Agrupamentos. E saber até que ponto o Município do Fundão vai aderir a este caminho, contrário a toda a Europa, e se, com Maio à porta, já tem uma ideia clara do que vai acontecer no nosso concelho, quais as escolas a encerrar? E se vai haver ou não a reorganização de Agrupamentos.

Uma outra questão que gostaria de colocar ao executivo prende-se com esta imposição de uma reforma autárquica, sem discussão, decidida e defendida pelo Ministro Miguel Relvas. Já se sabe quantas e quais freguesias vão deixar de existir? Já sabe se vai ter de reduzir chefias e quantas? E os serviços que as empresas municipais pretensamente prestam, quem os vai prestar? Note que defendo a não existência de empresas municipais, mas os serviços que elas prestam actualmente vão ter de ser reorganizados dentro da autarquia, já há um plano para essa reorganização? E não deixa de me entristecer que esta decisão tenha sido tomada centralmente, manifestando uma incapacidade do poder local em corrigir um claro erro que foi a excessiva criação de empresas municipais, na maioria dos casos, com justificações pouco claras.

Neste ponto, e no anterior, confesso que fico um pouco perplexa, com a necessidade de um regulamento tão extenso para cada conjunto de localidades. É mesmo necessário?

Com a agravante de, por exemplo no caso que conheço bem, Alpedrinha, uma parte significativa da vila fica de fora deste regulamento, nomeadamente a entrada norte de Alpedrinha que está muito mal tratada. Na rotunda da entrada, há alguns anos, rasgaram a encosta com uma avenida eternamente inacabada, com custos óbvios para os moradores e mais, recentemente foram cortadas pela autarquia umas árvores saudáveis à entrada de Alpedrinha, que além de um atentado ecológico e estético, aparentemente não trás nenhuma mais valia.

Não se percebe muito bem a utilidade de um regulamento que no fundo protege o que já está mais protegido e deixa de fora o que parece entregue a interesses imobiliários.

INTERVENÇÃO DE CARLOS JERÓNIMO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO FUNDÃO NO DIA 28/04/2012

INTERVENÇÃO NO PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal do Fundão e Srs. deputados
municipais

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal do Fundão e Srs. vereadores
Membros da Comunicação Social, Caros Fundanenses,

Notas dispersas compactadas em 8 pequenos apontamentos que passo a
expor.

1º Apontamento:

Congratulo-me pelo acolhimento do repto que aqui lancei na sessão anterior da Assembleia Municipal, e que resultou no lançamento dos Jogos Concelhios do Concelho que em breve terão início. Julgo que poderá constituir um segundo passo importante na ativação de um processo dinâmico no movimento associativo, tendo o primeiro sinal sido dado pela vontade manifestada pelo Executivo em proceder à regularização das transferências para apoio à atividade.

2º Apontamento:

Uma palavra de reconhecimento pela prontidão com que a Aquafundalia, concessionária do sistema de abastecimento de água do Fundão, tem respondido aos diversos problemas correntes que se põem ao sistema.

**INTERVENÇÃO DE CARLOS JERÓNIMO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO FUNDÃO NO DIA 28/04/2012**

No entanto, permito-me deixar uma palavra de apreensão perante dois problemas que afligem a freguesia nesta área, uma vez que se aproxima mais uma estação de verão sem que os problemas estejam solucionados.

1º A eliminação do crónico problema de drenagem de esgotos a céu aberto na zona da Ladeira, na encosta voltada para o rio Zêzere;

2º bem como a resolução definitiva do gravíssimo problema que resulta do deficiente dimensionamento da conduta que drena o efluentes desde o Fundo Lugar até à E.T.A.R de que resulta amiúdas vezes, drenagem para a ribeira em zona habitacional causando gravíssimos problemas de salubridade que urge resolver.

Aproveito ainda este ponto para chamar a atenção para o que considero a falta de condições de receção dos clientes nas instalações da Aquafundália, resultantes da reduzida área das mesmas que obrigam a que nalguns períodos de maior acesso, parte dos clientes tenham que aguardar o atendimento sob o intenso sol de Verão ou ao frio e à chuva no período de Inverno, situação que não dignifica nem o concessionário nem o concedente.

3º Apontamento:

Depois de bastante descontentamento da população que aqui represento, por diversas vezes interpretada em intervenções quer na Assembleia de Freguesia de Silvaes quer aqui junto da Sr.^a Vereadora da Saúde ou na Assembleia Municipal, finalmente terá sido encontrada uma solução que reforça o número de consultas que serão realizadas na Extensão de Saúde de Silvaes a partir do próximo dia 2 de Maio, em resultado da nomeação da Dr.^a Ana Rita Aleixo cujo trabalho será coordenado pela Dr.^a Marciomira Silva.

**INTERVENÇÃO DE CARLOS JERÓNIMO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO FUNDÃO NO DIA 28/04/2012**

Fica aqui expresso o meu reconhecimento ao Agrupamento de Centros de Saúde da Cova da Beira por finalmente encontrarem uma solução para aquela Extensão de Saúde, que bem sabemos nunca é de fácil resolução, bem assim como ao trabalho discreto mas eficaz da Sr.^a Vereadora Alcina Cerdeira que em todo este processo não deixou de exercer a sua magistratura de influência.

Esteja convicta Sr.^a Vereadora de que o povo de Silvares não deixará em tempo oportuno de lhe agradecer o empenho manifestado, e eu próprio me empenharei nos diversos fóruns onde me é lícito participar para que o seu trabalho seja justamente reconhecido.

Aliás, aproveito esta oportunidade, para realçar o trabalho da Sr.^a Vereadora, que com pelouros tão exigentes, e numa época de contingência financeira brutal, vai conseguindo, com um trabalho laborioso e estimulando o pequeno mecenato, realizar ou apoiar iniciativas da sociedade civil, que muito têm contribuído para as dinâmicas que se vão criando em rede no nosso Concelho.

4º Apontamento:

Com vista à criação de condições de amortecimento da grave crise económica e social que atravessamos, focada em muitos setores da sociedade mas particularmente agudizada na juventude, a Creche Social de Silvares acaba de tomar uma medida que visa apoiar os casais que tenham filhos até aos 3 anos de idade, e porque não, estimular a natalidade da população das freguesias de Silvares e das freguesias envolventes.

Trata-se da redução, em alguns casos em mais de 60% da mensalidade da creche e abrange todas as crianças independentemente do local de residência.

**INTERVENÇÃO DE CARLOS JERÓNIMO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO FUNDÃO NO DIA 28/04/2012**

A partir do dia 1 de Maio os pais cujos filhos frequentarem a referida creche pagarão apenas uma comparticipação diária de 2€ para pagamento do almoço, passando de uma tabela máxima de 100€ para um teto máximo de 44€ mensais.

Pensamos ser este um contributo complementar para a fixação de casais jovens na zona do pinhal dos concelhos do Fundão e da Covilhã, evidentemente, sempre fortemente condicionado pela observação de condições de empregabilidade dos jovens na região.

5º Apontamento:

Pretendo, uma vez mais, dar conta de que a sede da Junta e Assembleia de Freguesia de Silvares, reconstruída no início da década de 80, não apresenta o mínimo de condições para que nela se desenvolvam decentemente os serviços que lhe estão reservados. Trata-se de um edifício com uma área em planta de 30 m², desenvolvidos por 4 pisos, não possuindo as mínimas condições de acessibilidade para idosos ou para pessoas com mobilidade condicionada.

Estando assinado um protocolo entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, datado de meados de 2009, com vista à comparticipação das obras em falta no edifício adquirido à família Crespo Pignatelli, apelamos, uma vez mais ao Sr. Presidente da Câmara, e porque conhecemos as dificuldades que todos atravessamos, para que possa programar em conjunto com a Junta de Freguesia de Silvares um modelo de financiamento faseado que permita que em meados do próximo ano as obras se possam encontrar concluídas.

**INTERVENÇÃO DE CARLOS JERÓNIMO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO FUNDÃO NO DIA 28/04/2012**

6º Apontamento:

Após inúmeras comunicações relatando as condições do pavimento no troço urbano da E.N. 238 na freguesia de Silvares, cuja intervenção, da responsabilidade da Câmara Municipal, ocorreu no ano de 2009, constatamos que os remates das tampas das caixas de vista das diversas infra-estruturas enterradas continuam a apresentar anomalias graves. Mais grave é o ruído que as tampas das mesmas emitem à passagem dos veículos, provocando transtornos aos comerciantes e moradores na referida artéria, constituindo já motivo de chacota, de escárnio e de irritação na freguesia.

Estando a empreitada no período de garantia, não se compreende que a situação se arraste sem solução à vista.

7º Apontamento:

Suspensa que foi o concurso internacional para a construção do reservatório de água do Cruzeiro, a empresa Águas do Zêzere informou-nos que a construção do mesmo apenas está prevista para o ano de 2014.

Por outro lado na anexa do Cabeço do Pião existem graves problemas de abastecimento de água, quer em termos de qualidade como de quantidade, principalmente no Verão, quando se encontram instalados mais habitantes e a Pousada de Juventude tem maior procura.

Fica aqui o meu apelo ao Executivo para que possa dar um impulso decisivo na resolução deste problema que afeta muitos dos nossos concidadãos, muito em particular na estação do Verão.

8º Apontamento:

Por falar em Cabeço do Pião, oiço pela Comunicação Social, que o Projeto Rio está em marcha acelerada, nomeadamente no que concerne ao Centro

**INTERVENÇÃO DE CARLOS JERÓNIMO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO FUNDÃO NO DIA 28/04/2012**

de Atividades Mineiras. Boas notícias. Fica aqui o meu apelo para que as questões da qualidade de vida dos residentes sejam também em breve equacionadas, referindo-me em concreto às infraestruturas básicas e às acessibilidades tão deficientes e de má qualidade.

Uma palavra final, muito direta e muito concreta ao Sr. Presidente da Câmara.

Em condições tão difíceis de governação, num tempo de dificuldades para as famílias e as empresas, V. Ex.^a tem tido uma coragem e determinação invulgares no panorama regional.

Tem logrado uma estratégia de apoio à economia local, à projeção dos seus produtores e à comercialização dos seus produtos, que, não duvido, é a única estratégia que aliada às questões da inovação e do empreendedorismo locais pode diferenciar o concelho.

V. Ex.^a tem empreendido e prepara-se para proceder a reformas na orgânica interna que adaptem a estrutura às necessidades e aos objetivos estratégicos do Executivo.

No entanto chegam-me relatos de que tem encontrado alguns escolhos pelo caminho, naturais em momentos de redefinição estratégica motiva pela atualidade económica e social do país.

Nesses momentos, não tenha hesitações.

Embora fale apenas pela Junta que lidero, não tenho dívidas que a esmagadora maioria dos executivos de Junta e Assembleia de Freguesia subscrevem a estratégia que está a levar em frente.

Silvares, 28 de Abril de 2012.

O Presidente da Junta de Freguesia de Silvares,

Carlos Manuel Gomes Jerónimo

Nas contas ressalta o óbvio: o município está endividado, como aliás o país, e como no país parte desta dívida serviu para melhorar as nossas condições de vida. Claro que o problema é que a outra parte serviu para pagar excessivas benesses a privados, e a pagar desvarios de gestão.

Nestas contas realço que a resposta da camara tem sido a do país e da Europa, deixou simplesmente de investir, não nego as dificuldades particulares que são colocadas ao poder local, mas claro que o resultado é que as receitas não param de diminuir.

E, chamem-me ingénua, mas continuo a ficar chocada com estes níveis de execução dos planos, abaixo dos 50%, que para mim põe em causa a credibilidade destes planos que assim não passam de ténues intenções.

Só mais uma palavra para dizer que a prioridade da pagamento das dívidas da Camara deveria ser sempre o pagamento de dívidas a pequenas e médias empresas que muitas vezes por dívidas relativamente pequenas têm a sua existência posta em causa.

Em relação a este ponto tenho muitas dúvidas:

Qual é a justificação para alienar 24,1% do Centro de Atracções Mineiras?

Não sou jurista não percebo?

Quais os motivos da escolha da Fundação Minas da Panasqueira? Porque não um concurso público.

Vai existir efectivamente um pagamento?

Enfim parece-me mais um caso do funcionamento pouco claro das PPP (parcerias público privadas), as vantagens para os privados e os prejuízos para o estado. Era bom que me convencessem que não é disto que se trata.